

# Aristóteles e Marx: a propósito da determinação do valor

*Aristotle and Marx: on the determination of value*

**Márcio Egídio Schäfer**

Mestrando em Filosofia pela PUCRS/CAPES  
[marcio\\_schafer@hotmail.com](mailto:marcio_schafer@hotmail.com)

## Resumo

O presente artigo objetiva discutir o problema da determinação do valor, que é tarefa imprescindível para a realização do intercâmbio, da circulação de mercadorias. Esse problema é formulado em Aristóteles, cuja resposta consiste em postular um metro exterior para mensurar as mercadorias A e B que serão intercambiadas, que é o dinheiro. Assim, para o filósofo grego, as mercadorias não possuem uma substância, uma essência que possibilite igualá-las. Marx, por seu turno, na esteira da economia política moderna, vai propor uma alternativa radicalmente distinta para a determinação do valor. Agora, as mercadorias não mais são comparadas em função de um metro exterior, mas a partir de uma essência comum, que desde os economistas clássicos é posta no trabalho, no tempo de trabalho investido em sua produção. Enfatiza-se sobre esse aspecto a inversão que ocorre na modernidade, na qual a subjetividade tem primazia. Desse modo, assim como outrora Lutero o havia feito na religião, agora se faz na economia política: o valor das mercadorias é determinado em função da subjetividade humana, objetificada através do trabalho.

**Palavras-chave:** Aristóteles. Marx. Valor. Mercadoria. Subjetividade.

## Abstract

The paper discusses the problem of the determination of value, which is essential for the exchange or circulation of commodities. This problem was formulated by Aristotle, whose answer was to postulate an exterior meter to measure the commodities A and B to be exchanged, and that meter is money. Thus, for the Greek philosopher commodities have no substance or essence that makes it possible to compare them. Marx, in turn, in the wake of modern political economy, proposed a radically different alternative for the determination of value. Commodities are no longer compared on the basis of an external meter, but of a common essence, which, since the classical economists, is placed on labor, on the amount of labor time invested in their production. In this respect, the paper emphasizes the reversal that took place in modernity, in which subjectivity becomes primary. Like Luther had done in the realm of religion was now done in political economy: the value of commodities is determined on the basis of subjectivity, which is objectified through labor.

**Key words:** Aristotle. Marx. Value. Commodity. Subjectivity.

## Considerações iniciais<sup>1</sup>

A tarefa que se almeja levar a termo no presente artigo consiste em examinar como Aristóteles e Marx, em contextos filosóficos e históricos completamente distintos, trataram de um conceito crucial nas relações sociais e políticas e, subjacente a isso, nas relações econômicas. A pergunta cuja resposta se perseguirá na presente investigação concerne às condições de possibilidade que viabilizam o intercâmbio de mercadorias entre diferentes agentes econômicos dispostos a efetuar tal troca, i. é, o que permite equiparar duas mercadorias distintas sob um denominador comum.

O raciocínio que se pretende desenvolver aqui vai ter como ponto de partida a análise do conceito de valor no livro I da *Política* e no capítulo V da *Ética Nicomaqueia* de Aristóteles, onde o Estagirita faz uma distinção fundamental entre dois objetivos que perpassam a esfera da troca. Esse ponto é seminal para tornar compreensíveis as implicações subjacentes à teoria aristotélica do valor. Como veremos no que segue, para o filósofo grego, há uma distinção fundamental entre a troca com vistas à satisfação dos interesses da casa (*oikos*), que comumente se denomina economia, e a troca com vistas à obtenção de lucro denominada crematística, que mais precisamente significa fazer mais dinheiro com dinheiro; i. é, esta tem por fim último o acúmulo de dinheiro e não a satisfação das necessidades humanas.

Qualificando ambos os tipos de troca, Aristóteles toma a primeira como sendo natural e a segunda como sendo não natural. Ou seja, é natural que os homens se relacionem como portadores de mercadorias, pois pode aprazer e ser útil permutar um bem que se tem em demasia e cuja posse já não serve mais para satisfazer quaisquer desejos e necessidades por um outro bem pertencente a outrem, que porventura porte essa utilidade, cuja aquisição seja vital para o bem viver de um determinado indivíduo ou comunidade.

A pergunta fundamental que se há de fazer, agora, concerne a quais critérios se empregam para dizer que tal produto é intercambiável por tal outro. É isso possível meramente com um acordo de ambos os interessados? Há algo que mensure a satisfação dos desejos com tal e tal produto e que permite definir o real valor de cada um deles? Possuem esses um valor intrínseco que torna possível asseverar que  $x$  equivale a  $y$ ? Ou será que é necessário determinar o valor de um produto em função de um metro exterior? Mas qual seria esse?

A tradição moderna, especialmente Marx, vê que tal questão é solucionada por Aristóteles de modo extremamente insatisfatório. Se é verdade que Aristóteles pôs por vez primeira – e por isso sua genialidade – o problema da determinação do valor como um elemento indispensável para compreender a natureza das relações comerciais que os cidadãos estabelecem entre si, também o é que, pelo fato de pertencer a uma sociedade escravocrata, teve obstruída a possibilidade de chegar sequer próximo da resolução do problema. Em outros termos, titubeia quando se aproxima do ponto fulcral da questão, a saber, de ver o trabalho como o

---

<sup>1</sup> Todas as citações feitas a partir de textos em outras línguas foram traduzidas pelo autor e, portanto, são de sua inteira responsabilidade.

elemento determinante do valor. E, desse modo, ele é que deve ser o metro a partir do qual se elucida quais mercadorias são permutáveis por tais outras, como, por exemplo, que y de algodão equivale a z de trigo.

Porém, mesmo que se afirme que Marx é o autor que formula de modo mais instigante o referido problema, não se pode ignorar aqui o fato de que o que viabilizou tal concepção foi o longo desenvolvimento pelo qual a economia política passou nos albores da modernidade. Especialmente com Adam Smith e David Ricardo, a ciência econômica colocou a fonte da riqueza no trabalho. Cabe aqui mencionar o fato de que Engels chamou Smith de Lutero da economia política, pois este autor é que teria posto a origem da riqueza nos seus termos autênticos assim como o ex-agostiniano outrora havia feito com a religião. Urge registrar que com Smith e Ricardo a explicitação acerca da origem da riqueza da nação é assentada não mais na fecundidade da terra, na bondade da natureza (fisiocratas); tampouco o é na defesa de que a riqueza da nação é diretamente vinculada com a balança comercial, de modo que, para que um país possa ser rico, deve exportar mais do que importar (mercantilismo).

Para a moderna economia política, a nação se torna rica exatamente na medida em que acumula mais trabalho. Ou seja, quanto maior for o espectro de produtos criados pelo trabalho humano que estão circulando na nação, tanto maior será a riqueza da mesma. Vale ressaltar aqui que a menção de Engels a Lutero não foi gratuita. Aliás, como quase todo pensamento moderno que tem por marca característica e ênfase na subjetividade humana, assim como Lutero o fez no âmbito da religião, também os economistas políticos o fizeram no que tange à explicitação da origem da riqueza de uma determinada nação: a riqueza repousa, agora, naquilo que o trabalho humano engendra. Ou seja, a riqueza não está dada objetivamente, mas vem à existência mediante a incorporação na exterioridade da interioridade humana pela mediação do trabalho.

Indubitavelmente, Marx foi o autor que mais consequências extraiu dessa nova forma de conceber a riqueza da sociedade. Talvez o maior espanto que tenha movido às meticolosas investigações de Marx acerca do capital tenha sido justamente o paradoxo existente entre a riqueza oriunda da ação humana sobre a natureza, do trabalho e as míseras condições nas quais se encontrava a classe trabalhadora, que era a matriz da riqueza. Isto é, aqueles que trabalhavam e geravam a riqueza estavam alijados do usufruto da mesma.

## **1**

A análise aristotélica do problema do valor se coaduna com a noção de propriedade. A razão disso pode ser posta no fato de que ter posses, propriedade é condição imprescindível para uma vida feliz. Ora, se a meta é obter uma vida feliz, nada mais importante do que ocupar-se com a compreensão do que permite o cidadão alcançar os meios necessários para a consecução de tal fim.

Neste sentido, o desenvolvimento da noção de valor ocorre concomitantemente à explanação da concepção de propriedade. Para Aristóteles, é por intermédio desses bens materiais que se obtém a base material para a efetivação da vida boa. Destarte, para avançar na

análise do problema, nas metas inseridas no ato de troca, Aristóteles vai se deter em analisar a relação que há entre a economia e crematística, que expressam tipos de troca distintos, distinção essa dada em função do fim almejado. São elas a mesma coisa? Estão elas em função de um mesmo objetivo?

Conforme Aristóteles, a administração da casa (economia) e a arte de ganhar dinheiro (crematística) não são a mesma coisa. Diz o Estagirita: "Agora é fácil ver que a administração da casa e a arte de ganhar dinheiro não são a mesma coisa, pois uma usa o material que a outra fornece" (Aristóteles, 1921, 1256 a). O que está implícito nessa oração é que a obtenção do dinheiro está subordinada à administração da casa. Ou seja, há que se obter dinheiro, pois sem o mesmo há circunstâncias nas quais a administração da casa pode ficar prejudicada. Vale dizer que para Aristóteles a efetuação da vida feliz fica, nesse caso, inviabilizada. Compreendido nesses termos, a obtenção de riquezas por intermédio da troca é um objetivo instrumental, pois a obtenção das mesmas serve como meio para atingir o fim maior.

Ora, é notório como o filósofo grego coloca um peso acentuado nos bens materiais para a efetivação da vida feliz. Isso significa que é atribuição do administrador da casa zelar para que as coisas necessárias à vida na família ou comunidade estejam disponíveis. A aquisição desses produtos, por essa razão, mostra ou a destreza ou deficiência do administrador. Dessa maneira, Aristóteles introduz uma distinção muito importante entre dois tipos de aquisição, mostrando como elas operam para que se torne possível consecutar o fim último da administração da casa, a saber, prover os bens úteis e necessários para a vida. Diz o filósofo:

Sobre a arte da aquisição, então, há uma espécie que faz parte da administração da casa por natureza, na medida em que tal administração deve ou já achar em mãos ou ela mesma prover as coisas necessárias para a vida ou úteis para a comunidade da família ou do estado. [...] a quantidade de propriedade requerida para a boa vida não é ilimitada. [...] mas há uma outra variedade de aquisição que é comumente e de modo correto chamada de crematística, e sugere efetivamente que a noção de riqueza e propriedade não tem limite. Estando conectada proximamente com a precedente, é frequentemente identificada com ela. Mas não obstante o fato de não serem muito diferentes, elas não são iguais. A espécie já descrita é dada pela natureza; a outra é obtida pela experiência e pela arte (Aristóteles, 1921, 1256 b).

Surge aqui uma distinção crucial para compreender as implicações inerentes ao processo da troca e os objetivos que se almejam conforme a espécie de aquisição que se tem em vista. Enquanto a arte de aquisição natural, intrínseca à administração da casa e que está em função da satisfação dos desejos e necessidades da comunidade é limitada, a crematística, i. é, a arte de ganhar dinheiro pelo dinheiro não possui limites. Cometendo um deslocamento dos conceitos, é em certa medida esse o processo da reprodução do capital, onde seus detentores não possuem outro propósito senão o de obter mais dinheiro em relação ao que foi investido no processo produtivo. Ou seja, o propósito, a meta a ser persecutada no intercâmbio não está posta em função da necessidade de satisfazer uma demanda de desejos e necessidades humanas, que são

de natureza finita, mas em função de uma meta artificial, que é o dinheiro.<sup>2</sup> E, por ser artificial, desconhece todo e qualquer limite.

Ora, se o que importa em última análise é a satisfação da demanda efetivamente humana, vale dizer, dos desejos e necessidades, então, como já foi dito, a obtenção do dinheiro deve estar restrita a esse aspecto natural da arte da aquisição. Isso significa que o intercâmbio que um determinado agente econômico realiza com outro deve intentar satisfazer necessidades genuinamente humanas – naturais, que conduzam à vida boa. Aqui, contudo, irrompe outro problema crucial, a saber, de como explicitar a natureza intrínseca ao processo do intercâmbio econômico. Mais precisamente, a questão de estabelecer a base a partir do qual se viabilize o comércio, visto que a troca de mercadorias requer que possamos equipará-las sob alguma rubrica.

Contudo, antes de passar para a análise desse problema, é notável perceber como Aristóteles foi perspicuo ao formular a natureza do valor de uma determinada mercadoria. Não obstante as dificuldades atinentes à determinação do valor que veremos com mais vagar em instantes, ele pôs a questão em termos similares como a economia política o fez na modernidade. Tratando do valor de um determinado produto, nota Aristóteles:

Cada coisa que nós possuímos possui dois usos: ambos pertencem à coisa enquanto tal, mas não da mesma maneira, pois um é em sentido próprio e o outro impróprio ou secundário. Por exemplo, um sapato é usado como vestimenta e é usado para a troca; ambos são usos do sapato. Quem dá um sapato a alguém que o quer em troca de dinheiro ou comida, usa o sapato como sapato, mas esse não é seu uso próprio ou primeiro, pois um sapato não é feito para servir de moeda de troca. O mesmo pode ser dito de todas as possessões, pois a arte do intercâmbio se estende a todas elas, e ela surge primeiramente daquilo que é natural, da circunstância de que alguns têm muito pouco, outros demais (Aristóteles, 1921, 1257 b).

Os conceitos de *valor de uso* e *valor de troca* usados pelos economistas modernos ganham aqui, por vez primeira, seus contornos de modo claro e cristalino. Importa destacar que Aristóteles é extremamente incisivo quanto trata de preponderância do valor de uso sobre o valor de troca. Basta notar como classifica ambos, a saber, como uso primeiro e uso segundo, uso próprio e uso impróprio. Desse modo, não se trata de desconsiderar o valor de troca contido num objeto qualquer, mas sim de ver qual o objetivo que pervade a esfera do intercâmbio. Aristóteles consente no que tange à artificialidade da troca quando ela está em função de obter os bens necessários para a satisfação de uma demanda de desejos genuinamente humanos, bens esses que a natureza não proveu num determinado lugar. Supondo uma circunstância hipotética, seria legítimo que uma comunidade y, cuja terra é propícia para produzir trigo, mas não vinho, e que, portanto, produz trigo em abundância estabeleça relações comerciais com outra com vistas à obtenção de um produto qualquer que é demandado como, por exemplo, o vinho. Essa usa o trigo excedente para obter vinho de uma comunidade z, que se encontra numa situação inversa, a saber, produz vinho, mas não trigo. Supondo ainda que tanto o trigo como o vinho são

---

<sup>2</sup> Na *Ética Nicomaqueia* podemos ler o seguinte: “[...] mas o dinheiro se tornou por convenção uma espécie de representante da demanda; ele tem esse nome (*nômisma*) porque existe não pela natureza, mas pela lei (*nomos*), e porque está em nosso poder mudá-lo ou torná-lo inútil” (Aristóteles, 1985, p. 110).

produtos desejados tanto pela comunidade y e z, a única forma de ambas poderem satisfazer seus desejos é estabelecer uma relação de troca, onde um cede trigo para obter vinho e a outra o inverso.

Quando o produto é usado em seu uso secundário, i. é, em seu poder de servir como meio de troca com o propósito de angariar produtos que faltam para uma determinada comunidade, então ele se incluiria na espécie de aquisição natural, pois estaria legitimado na medida em que é usado para prover o necessário para satisfazer as demandas do indivíduo ou comunidade. E é exatamente isso que o bom administrador deve fazer: se a natureza foi não grata em relação aos produtos da terra para com uma comunidade, compete ao que administra usar da arte e experiência para assegurar aos seus os bens necessários à vida boa.

Assim, espera-se que tenha ficado demarcado o tratamento que Aristóteles dispensa à natureza da troca, especialmente qual a sua função no contexto da administração da casa, e em função disso, o que transforma uma determinada espécie de troca em algo natural e a outra não, chegando inclusive a ser odiada. Por isso, assevera Aristóteles:

Como disse, há dois tipos de obtenção de riqueza; uma é parte da administração da casa, a outra é do comércio de troca: a primeira é necessária e honrosa, enquanto que a que consiste no intercâmbio é apenas censurada; pois ela é não natural, e um modo mediante o qual um homem ganha de outro. A espécie mais odiada, e com a maior razão, é a usura, que tira o ganho do dinheiro mesmo. [...] pois o dinheiro foi intencionado para ser usado no intercâmbio, mas não para aumentar como interesse. E esse termo interesse, que significa a geração de dinheiro a partir do dinheiro, é aplicado à geração do dinheiro, porque o descendente se aparenta com o genitor. Por essa razão, entre todos os modos de obtenção de riqueza, esse é o mais artificial (Aristóteles, 1921, 1258 b).

Contudo, o problema central que era objeto central dessa primeira parte ainda não foi abordado com afinco. É o que será feito agora, mas não a partir do texto da *Política*, mas do livro V da *Ética Nicomaqueia*. O problema em questão é o que diz respeito à determinação do valor de um produto qualquer, que é condição sem a qual o intercâmbio de mercadorias se torna impossível. Em outras palavras, o pressuposto que subjaz à troca é que haja um mecanismo a partir do qual se possa comensurar cada termo envolvido na relação. Numa passagem da *Ética* lemos que

[o] dinheiro nos serve também como garantia de permutas no futuro; se não necessitamos de coisa alguma no presente, ele assegura a realização da permuta quando ela for necessária; com efeito, ele preenche os requisitos de algo que podemos produzir para pagar por aquilo de que necessitamos, de maneira a podermos obter o que nos falta. Mas acontece com o dinheiro o mesmo que acontece com os produtos, já que ele não tem sempre o mesmo valor; de qualquer forma, porém, ele tende a ser mais estável. Por essa razão se deve estabelecer um preço para todos os produtos, pois desta forma haverá sempre permuta e, conseqüentemente, a comunidade. O dinheiro, portanto, agindo como um padrão torna os bens comensuráveis e os igualiza, e não haveria comunidade se não houvesse permutas, nem permutas se não houvesse igualização, nem igualização se não houvesse comensurabilidade. Na verdade, é impossível que coisas tão diferentes entre si se tornem perfeitamente comensuráveis, mas com referência à demanda elas podem tornar-se suficientemente comensuráveis. Tem de haver então um padrão, e este deve ser convencionado mediante acordo (por isso se

chama dinheiro; é ele que torna todas as coisas mensuráveis, já que todas as coisas podem ser medidas pelo dinheiro (Aristóteles, 1985, p. 110-1).

Essa passagem de Aristóteles é, sem dúvida, notável em razão da extraordinária concisão com a qual formula o problema da determinação do valor, que, como foi mencionado, é condição inabdicável para o ato de troca. O dinheiro, por possuir um valor mais estável – note-se, poderia ser qualquer metro exterior a ser usado, sendo a estabilidade o critério que decide em favor do dinheiro – é instituído como o metro a partir do qual se atribui valor aos produtos. Mas igualmente se pode afirmar, conforme Marx, que as circunstâncias culturais e intelectuais da época na qual Aristóteles escreveu tornaram incompreensível a verdadeira natureza do valor. Não reconhecendo a subjetividade humana, pior ainda, reconhecendo uma distinção natural entre os seres humanos, entre livres e escravos, Aristóteles, malgrado sua acuidade no trato dos assuntos econômicos, não conseguiu penetrar nos meandros da determinação do valor. O dinheiro, por ser um artifício, não contém, por assim dizer, um valor genuíno. É um metro ficcional a partir do qual se pretende igualar produtos completamente distintos, instituindo as condições necessárias para o ato de troca. A pergunta que efetivamente tem de ser perscrutada é: não possuem os objetos de troca um valor genuíno?

Isso será demonstrado na moderna economia política, que, ao tratar de responder as questões já postas pelo engenhoso Aristóteles, vai ter uma resposta original a esse problema. E, no decorrer da argumentação de Marx, torna-se visível como é crucial para um adequado tratamento desse problema reconhecer o elemento da subjetividade, que, na filosofia grega, na medida em que se ocupava do ser, da objetividade, ficou em larga medida obnubilado. Mas a modernidade, ao reconhecer a dimensão subjetiva do ser humano, ao colocar a explicitação do valor no elemento do trabalho, dá uma nova resposta a essa questão. Isso fica explícito no livro I do *Capital*, onde Marx atrela a substância mercadoria, seu valor, ao trabalho.

## 2

Marx, compreendendo as dificuldades que perpassam o procedimento de determinação do valor em Aristóteles, propõe, por seu turno, uma nova via de abordagem da questão. Importa assinalar aqui que, não obstante se seguir aqui a exposição e análise do problema tal como é feito no livro I do *Capital*, as discussões inerentes à natureza do valor são um objeto de estudo central na obra de Marx desde sua juventude. Isso já transparece de forma evidente nos famosos *Manuscritos de 1844*, onde o autor pela primeira vez expõe alguns traços seminais da sua leitura dos clássicos da economia política. Por isso, cabe salientar, uma vez mais, que, embora Marx tenha dado um desenvolvimento peculiar à determinação do valor pelo trabalho, a teoria do valor-trabalho encontra suas primeiras formulações em autores como Smith e Ricardo. São essas as palavras que encontramos nos *Manuscritos*:

Por isso Engels tem razão ao chamar Adam Smith de Lutero da economia política. Assim como Lutero reconheceu a religião, a fé, como a essência do mundo exterior, enfrentando com ele o paganismo católico, assim como superou a religiosidade

exterior, fazendo da religiosidade a essência interior de ser humano, [...] ao colocar o sacerdote no coração do leigo, assim também se supera a riqueza que se encontra fora do homem e independente dele – que, por conseguinte, somente pode manter-se e afirmar-se de um modo externo – vale dizer, é superada esta sua objetividade externa e carente de pensamento, ao incorporar a propriedade privada o homem mesmo e reconhecer esse como sua essência. Colocando assim o homem mesmo no conceito de propriedade privada, como Lutero o fizera com a religião (Marx, 1982, p. 612).

Vê-se, assim, a importante inflexão que os teóricos da economia política dão à forma de determinação do valor. À diferença do procedimento aristotélico, que postulou o dinheiro, algo externo às mercadorias para torná-las comensuráveis, os economistas modernos, sobretudo Marx, vão concentrar a determinação do valor na natureza subjetiva do ser humano, que ganha sua expressão através do trabalho. Desse modo, se há algo pelo qual se pode determinar o valor de um determinado produto, esse deve ser necessariamente o trabalho humano.

No capítulo III do livro I do *Capital*, Marx vai desdobrar sua análise do valor numa seção intitulada especificamente o dinheiro ou a circulação de mercadorias (*Das Geld oder die Warenzirkulation*), onde justamente o ponto fulcral é o problema da medida do valor. Problema esse, como já foi afirmado na análise aristotélica, é a pedra de toque para compreender a possibilidade do intercâmbio de mercadorias. Nesse contexto, afirma Marx:

A primeira função do ouro consiste nisto, de fornecer ao mundo das mercadorias o material da expressão de seu valor ou de apresentar os valores das mercadorias como grandezas equivalentes, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim funciona como a medida universal do valor, e somente por essa função o ouro se torna primeiramente a mercadoria equivalente específica, dinheiro. As mercadorias não se tornam comensuráveis pelo dinheiro. Ao contrário. Porque todas as mercadorias enquanto valores são trabalho humano objetificado, por isso comensuráveis em e para si, elas podem medir o seu valor comum na mesma mercadoria específica e transformar essa, em função disso, em sua medida de valor comum ou dinheiro. O dinheiro enquanto valor de medida é uma forma necessária de aparição da medida de valor imanente das mercadorias, o tempo de trabalho (Marx, 1993, p. 109).

Nota-se aqui uma realocação da função do dinheiro do processo de determinação do valor tal como Aristóteles o propôs. O dinheiro é tão somente a expressão do valor contido numa mercadoria, cuja essência é o trabalho humano. Em outros termos, não é o dinheiro que determina qual o valor que uma determinada mercadoria tem. A função do dinheiro, para Marx, não obstante sua centralidade na compreensão do processo de reprodução do capital<sup>3</sup>, ocupa uma função bem mais modesta. Ele é, por assim dizer, um instrumento que cria a possibilidade de trocar mercadorias aparentemente incomparáveis ou não cambiáveis, mas que, na sua essência, na medida em que são a expressão da mesma quantidade de tempo de trabalho, são comensuráveis e, por isso mesmo, passíveis de troca. Em outras palavras, serve como

---

<sup>3</sup> Recorde-se aqui como Marx explica a geração da mais-valia: D-M-D', onde D equivale ao dinheiro e M à mercadoria. De modo caricato, supondo que o capitalista x tem um capital inicial de 20 (D=20) e adquire uma mercadoria y com esse capital. Ao revender essa mercadoria por um valor em dinheiro de D' 25, terá uma mais-valia de 5. É nesse contexto que a função do dinheiro é crucial para a compreensão da reprodução do capital.



instrumento que facilita a circulação de mercadorias com vistas à acumulação do capital, não incidindo em absoluto na determinação do valor destas.

Contudo, como já foi mencionado anteriormente, essa via da determinação do valor não estava acessível antes da modernidade. Como diz Marx:

Mas que na forma dos valores das mercadorias todos os trabalhos são expressos enquanto trabalho humano igual e por isso mesmo equivalentes, Aristóteles não pode extrair da forma do valor, porque na sociedade grega vigia o trabalho escravo, motivo pelo qual a desigualdade dos homens e das forças de trabalho tinha como base a desigualdade natural. O segredo da expressão do valor, a igualdade e a igual validade de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pôde ser descoberta quanto o conceito de igualdade humana já possui a firmeza de um preceito popular. Mas isso é possível, por vez primeira, numa sociedade dentro da qual a forma da mercadoria, a forma universal do produto do trabalho, portanto, também a relação dos homens uns com os outros enquanto possuidores de mercadorias é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles brilha exatamente nisso, a saber, que ele descobre na expressão do valor da mercadoria uma relação de igualdade. Somente as limitações históricas dentro da qual ele viveu o impediram de descobrir onde realmente subsistia essa relação de igualdade (Marx, 1993, p. 74).

É a busca do fundamento da igualdade entre mercadorias que Marx tem na alça de mira nos primeiros capítulos do *Das Kapital*, razão pela qual geralmente se denomina essa parte de metafísica. Com efeito, é necessário operar com categorias da tradição, como a noção de Substância e Essência para poder tornar viável a troca de duas mercadorias equivalentes. Como nota Castoriadis: “Como poderia haver troca de objetos em proporções determinadas e estáveis, como se poderia escrever  $aX=bY$ , se não houvesse entre os dois objetos trocados, X e Y, alguma coisa em comum e se essa não estivesse presente, contida no mesmo quantum?” (Castoriadis, 1987, p. 267). É, portanto, a tarefa da parte metafísica da obra de Marx estabelecer qual é, então, essa parte comum dos objetos de troca. Uma vez haurida essa essência comum, não há mais empecilhos para comensurar duas mercadorias entre si.

Para corroborar o raciocínio que desenvolvemos até aqui, citamos novamente Castoriadis:

Essa Substância/Essência comum é, e só pode ser a única coisa que os objetos trocados possuem em comum quando se faz a abstração de suas possíveis diferenças sensíveis. O que esses objetos possuem em comum além de sua utilidade ou valor de uso – que não poderia, segundo Marx, estabelecer relações de troca quantitativamente determinadas – é serem produtos do trabalho humano. É, portanto, o trabalho que eles “contêm” que é essa Substância/Essência “condensada”, “congelada” em cada um dos objetos que determina as proporções de sua troca (Castoriadis, 1987, p. 267).

Resta ainda mais uma dificuldade a ser analisada. Como podemos colocar sobre uma mesma rubrica trabalhos completamente heterogêneos, seja quantitativa ou qualitativamente? Em tais circunstâncias, poder-se-ia pensar que a equiparação de distintas mercadorias estaria sob suspeição. Ou seja, como poderia se colocar dois produtos sob o mesmo invólucro da quantidade de trabalho despendido, se num caso o trabalhador é menos talentoso e, com isso, obviamente, vai dispender mais trabalho para produzir um determinado produto que um outro trabalhador mais ágil. Igualmente pode-se conjecturar que um trabalhador, querendo produzir mais, i. é,

despender menos trabalho em cada produto, produz uma mercadoria de qualidade inferior. A questão que se levanta é: como equalizar essas disparidades para não interditar o processo de troca? A resposta de Marx vai consistir em mostrar que o trabalho em questão é o trabalho social, melhor dito, a força de trabalho social média que uma determinada sociedade gasta na confecção de um determinado produto. Ou seja, a dificuldade supracitada é dirimida na medida em que se visa compreender a determinação quantitativa e qualitativa do trabalho gasto na produção de uma determinada mercadoria dentro do cenário de um determinado estágio de evolução do processo de produção. Nota Marx:

O trabalho total da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma e a mesma força de trabalho humano, embora ela se constitua de incontáveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho que a outra, na medida em que ela possui o caráter de uma força de trabalho social média e opera enquanto tal força de trabalho social média, portanto requer na produção de uma mercadoria somente a necessidade média ou o tempo de trabalho socialmente necessário (Marx, 1993, p. 53).

Vale dizer, o trabalho que há de ser investido para gerar determinado produto deve estar em consonância com o trabalho que essa sociedade, com tais e tais avanços no processo de produção, exige para a produção de uma mercadoria x. Isso significa que, no movimento de determinação do valor de uma mercadoria, abstraem-se as particularidades localizáveis dentro do processo de produção, como os diferentes talentos e temperamentos dos trabalhadores envolvidos. O valor é determinado em função do trabalho social abstrato requerido dentro de um contexto social bem específico para produzir determinado produto.

## **Considerações finais**

No itinerário percorrido no presente artigo, atentou-se à explicitação de um problema crucial que perpassa a esfera das relações sociais e, por isso mesmo, é um problema que não pode ficar sem resposta, qual seja: a determinação do valor. Embora muitas vezes os autores que tratam da filosofia política nem sempre tratem o tema com a importância devida, não se pode inferir que não deva ser relevado. Desde modo, suscitar a discussão desse tema a partir de autores como Aristóteles e Marx por si só já mostra a vicissitude do tema. Aliás, cabe relevar que o próprio contexto político no qual a referida questão é levantada determina substancialmente os limites e os alcances que cada teoria pode ter. Soma-se a isso a constatação de como outros conceitos dos quais a filosofia em geral e, mais especificamente, a filosofia política se ocupam entram em jogo nessa discussão, tais como natureza humana, a distinção natural dos homens para os gregos ou a igualdade dos mesmos para os modernos.

Pretendeu-se destacar que, se foi dificultoso para Aristóteles desvelar a verdadeira natureza do valor, conforme constata Marx, isso aconteceu por fortes razões. Como já foi referido, o contexto cultural grego, em suas várias nuances, como, por exemplo, a desigualdade natural dos homens, que faz uns serem livres e outros escravos, ou mesmo a ênfase dada na filosofia à

objetividade, são fatores que impedem que a solução dada por Aristóteles ao problema da determinação do valor condiga com a verdadeira natureza do mesmo. Como recordamos, não obstante Aristóteles ser, por assim dizer, o filósofo que notabilizou a categoria da substância (*ousia*) na metafísica, não foi capaz, em função das razões aduzidas, descobrir a substância comum a duas mercadorias que entram em relação de troca.

Marx, filho pósteros de uma época que se notabilizou por reconhecer em todos os âmbitos a primazia da subjetividade, seja na religião, na filosofia, pôde se aproximar muito mais da verdadeira natureza do valor. Valendo-se dos trabalhos de seus predecessores no que concerne à determinação do valor na economia política, Marx mostrou que a possibilidade de instituir uma substância comum entre duas mercadorias intercambiáveis repousava no reconhecimento da igualdade entre os seres humanos. Sendo assim, não persistindo uma manifesta distinção entre os seres humanos, viabiliza-se a determinação do valor em função do trabalho humano a partir do tempo de trabalho despendido na confecção de cada produto. Cada força de trabalho gasta num determinado contexto social, o trabalho socialmente necessário para produzir uma determinada mercadoria, é agora detentor de igual valor. Desse modo, podem-se equiparar as mercadorias mais díspares, porque, em última análise, nada mais são senão a expressão da mesma força de trabalho nelas gasta.

## Referências

ARISTÓTELES. 1985. *Ética a Nicômacos*. Tradução de Mário Gama Kury. Brasília, Ed. UnB.

ARISTÓTELES. 1921. *Política*. Translated by Benjamin Jowett. London, Oxford, Clarendon Press.

CASTORIADIS, C. 1987. *As encruzilhadas do labirinto/1*. Tradução de Carmen Guedes e Rosa Boaventura. São Paulo, Ed. Paz e Terra.

MARX, K. 1982. *Manuscritos económico-filosóficos de 1844*. Traducción de Wenceslao Roces. México, D.F: Fondo de Cultura Económica.

MARX, K. 1993. *Das Kapital*. Berlin, Dietz Verlag. (Werke, Band 23).